



CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S/A - CEASAMINAS

CNPJ 17.504.325/0001-04

Página 1/3

Relatório da Administração 2022

Mensagem da Administração

Após três fatídicos anos cercados pela sombra da pandemia de coronavírus, a economia brasileira obteve uma ligeira retomada, que tão logo foi pulverizada pelo conflito entre Rússia e Ucrânia, bem como às incertezas internas relacionadas às eleições nacionais. Neste contexto, a CEASAMINAS desempenhou um papel preponderante para a sociedade, principalmente em função das inúmeras ações realizadas no ano de 2022, nas quais corroboramos o empenho da diretoria executiva, e de todo o seu corpo de colaboradores, com o objetivo de tornar a Companhia um referencial em nível nacional no seu setor de atuação. Os números apresentados em 2022, com um lucro líquido acima dos R\$ 10 milhões, um prejuízo acumulado advindo de erros anteriores no qual foi reduzido em 2022 em aproximadamente 48%, atrelado a um Ebitda positivo em R\$ 11 milhões, demonstram que a Companhia encontra-se nos trilhos rumo a horizontes promissores. Adicionalmente, a suspensão da sessão pública do Leilão do Edital BNDES nº 003/2022 - CEASAMINAS - PPI/PND, marcada para o dia 22 de dezembro de 2022, trouxe esperança à estatal, na perspectiva da retirada da CEASAMINAS do plano Nacional de Desestatização (PND) e consequentemente aquisição de novos investimentos. Outrossim, ao longo do ano, tivemos que tomar decisões difíceis, mas necessárias, que impactaram de forma significativa os resultados da Companhia, tais medidas, trazem no presente, segurança, transparência e comprometimento desta administração com a real situação econômico-financeira da Companhia. Implementação de controles, mitigação de riscos, contratação de mão de obra técnica qualificada, treinamento e qualificação de seus colaboradores, e diversas outras ações que somadas apontam para um futuro melhor, corroboram com o slogan da Companhia que é uma CEASAMINAS cada vez mais, plantando futuro, colhendo saúde e distribuindo cidadania. Por fim, agradecemos ao corpo de colaboradores da CEASAMINAS pelos resultados apresentados, ao Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê Estatutário de Auditoria pela confiança, parceria e incentivo na procura de novas soluções e melhorias em nosso ambiente de negócios.

Sobre a CEASAMINAS

As Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S/A. - CEASAMINAS criada na forma da Lei Estadual nº. 5.577, de 20 de outubro de 1970 é uma sociedade de economia mista com 99,57% das ações ordinárias nominativas pertencentes à União Federal. Atualmente, a CEASAMINAS possui seis entropostos, localizados nos municípios mineiros de Contagem (Grande Belo Horizonte), Uberlândia, Juiz de Fora, Caratinga, Governador Valadares e Barbacena, não possui participação acionária em outras sociedades. A Companhia possui um mix de empresas instaladas em seu complexo nas quais abrangem toda a cadeia alimentar, em Contagem, MG estão instaladas 520 empresas concessionárias atuando em segmentos de comércio de frutas, legumes e verduras, cereais, auto atacado e serviços complementares. Ao longo dos quase 49 anos, a CEASAMINAS tem sido considerada referência para outras Ceasas em áreas como a de tecnologias da informação. Neste sentido o maior destaque é o ITECNET, novo sistema de processamento de dados de oferta e preços de produtos na CEASAMINAS. Dentre as vantagens do ITECNET estão a entrada de dados mais rápida, tanto os lançamentos da portaria como os da pesquisa de preços. Além disso, há a integração com o sistema de gestão de comercialização do Mercado Livre do Produtor (MLP). Outra vantagem do ITECNET é que os relatórios podem ser gerados em vários formatos de arquivo (Word, Excel e PDF por exemplo). Estes relatórios são utilizados internamente e também para atender a demandas da Emater, Banco do Brasil, imprensa, Fundação Getúlio Vargas, Prefeituras, dentre outras instituições.

Dados gerais consolidados da Companhia:

Descrição	Valor
Empresas estabelecidas:	773
Produtores rurais ativos:	4.443
Empregos diretos:	19.730
Municípios fornecedores:	1.869
Municípios compradores:	890
População flutuante média máxima (pessoas/dia):	90.450

Modelo de Negócios

As receitas da Companhia são oriundas das concessões públicas dos espaços de comercialização a empresários que desejam se instalar nos entropostos e também de produtores rurais que têm na estatal uma das formas de escoamento de sua produção, ou seja, a estatal não realiza a comercialização de mercadorias, a sua receita operacional vem única e exclusivamente das tarifas cobradas pela utilização de seus espaços pelos agentes retromencionados. Suas fontes de receitas derivam dos seguintes itens: a) **Tarifa de Uso** - São originárias dos Contratos de Concessão de Uso em obediência à Lei n. 8.666/93, substituída pela Lei n. 13.303/16. A receita relativa à "tarifa de uso - box" registrou o efeito comparativo dos períodos findos em 2022 e 2021 (principal fonte de recurso da Companhia). Cabe salientar, que em maio de 2022 houve uma correção de tarifa na ordem de 8,86%. b) **Tarifa de Transferência** - Refere-se à receita com a transferência por alteração societária das concessionárias da Companhia (detentoras do direito de uso do espaço concedido), calculadas à razão de 20% do valor avaliado para aludido espaço. c) **Tarifa de Administração** - A "Tarifa de Administração" é arrecadada pela Companhia para administração do condomínio. d) **Processos Licitatórios** - A receita com "Processos Licitatórios" decorre do valor cobrado para concessão de uso de espaços determinados nos entropostos da Companhia. e) **Receitas dos Mercados Livres do Produtor - MLP's** - Refere-se à permissão de áreas delimitadas nos Mercados Livres do Produtor - MLP's dos entropostos da Companhia para a exposição e comercialização de produtos hortifrutigranjeiros pelos Produtores Rurais. Outrossim, essas "Receitas dos Mercados Livres do Produtor - MLP's" constituem a principal fonte de receita dos Mercados Livres

do Produtor - MLP's existentes na Companhia. O quadro abaixo apresenta a evolução da receita bruta anual de todas as fontes citas acima para o período de 2022 e 2021:

Receita Bruta Anual	Valores apresentados em R\$ mil	
	31/12/2022	31/12/2021
Tarifa de uso - Boxe	38.746	12,86%
Receitas dos MLP's	14.161	17,53%
Tarifa de administração	2.758	24,01%
Tarifa de transferência	2.413	-33,69%
Processos Licitatórios	7.711	46,46%
Estacionamento	675	19,26%
Total	66.464	14,45%

Fatores Micro e Macro econômicos

O ano de 2022 pode ser considerado um marco histórico no conturbado cenário econômico mundial. Cercado pela sombra da pandemia de coronavírus que hora ou outra ainda aparece com graves consequências, a história reserva um capítulo especial para o conflito entre Rússia e Ucrânia, com efeitos geopolíticos não somente na Europa, como também em países sem qualquer relação direta com o conflito, gerando impactos significativos na cadeia de suprimentos global. São inúmeros os efeitos deste conflito na economia brasileira, a citar: alta na taxa básica de juros, inflação de 5,79%, acima da meta estabelecida pelo Banco Central que era de 3%; elevação no preço dos combustíveis; dentre outros. O agronegócio, um dos principais setores na cadeia de produção alimentar, sofreu impactos significativos com o conflito, principalmente com a alta dos preços dos fertilizantes, desencadeando efeitos diretos no custo de produção. Além disso, cabe destacar que não apenas o conflito foi o grande vilão para a economia brasileira, o cenário político instável que o país viveu em 2022, propiciou incertezas acerca do futuro econômico nacional. Em meio a forte onda de desconfiança e incerteza do mercado a CEASAMINAS, assim como em 2021, deu continuidade à proposição de manter as condições necessárias para que a comercialização em seus entropostos ocorresse dentro das normas de higiene e saúde impostas pelos órgãos de saúde.

Resultados Financeiros

Índices financeiros (Liquidez e Ebitda)

O quadro abaixo a evolução dos principais indicadores financeiros da Companhia para os períodos de 2022 e 2021:

Índices	31/12/2022		31/12/2021	
	▲	%	▲	%
Liquidez corrente (Ativo Circulante / Passivo Circulante)	3,76	20,93%	3,11	
Liquidez imediata (Caixa e equivalentes de caixa / Passivo Circulante)	2,78	49,21%	1,86	
Liquidez seca (Ativo Circulante - Estoques) / Passivo Circulante)	3,75	21,01%	3,10	
Liquidez geral ((Ativo Circulante + Não circulante) / (Passivo Circulante + Não circulante))	1,20	17,00%	1,03	
Capital de giro líquido (em R\$ mil) (Ativo Circulante - Passivo Circulante)	39.169	25,04%	31.325	

O quadro acima demonstra o grau de liquidez em que a Companhia está exposta, e principalmente a excelente evolução destes indicadores ao longo de 2021 a 2022. O Capital de giro líquido (CGL) apresenta taxa de 25% de sobre em comparação com o mesmo período de 2021, ou seja, caso a Companhia liquidasse todas as suas obrigações circulantes na data dos respectivos demonstrativos ainda lhe sobraría R\$39.169. No que tange ao earnings before interest, taxes, depreciation and amortization (Ebitda), apresentamos abaixo a evolução deste indicador com os respectivos ajustes relacionados ao resultado financeiro e despesas com depreciação e amortização ocorridas no período. No quadro abaixo é possível verificar uma significativa melhoria no Ebitda da Companhia, a destacar o lucro antes dos impostos no qual em 2021 era negativo em R\$ 10 milhões e em 2022, saltou para R\$ 18 milhões positivos. Esta variação positiva decorre das excelentes decisões técnicas que a Administração tem tomado ao longo de 2022, principalmente com a qualificação técnica da equipe financeira.

Índices	31/12/2022		31/12/2021	
	▲	%	▲	%
Lair	18.731	-277,23%	(10.569)	
(-) Receitas financeiras	(8.175)	129,63%	(3.560)	
(+) Despesas financeiras	894	114,39%	417	
(+) Depreciação e amortização	4	-90,48%	42	
Ebitda	11.454	-183,79%	(13.670)	

Resultado do Exercício 2022 e 2021: Após tenebrosos anos vividos pela Companhia, nos quais desencadearam em prejuízos acumulados relevantes, em 2022 após correções estratégicas em diversos setores da Companhia, a CEASAMINAS começa a projetar um futuro promissor pela frente. Tal entendimento parte da premissa do resultado líquido obtido em 2022 no montante de R\$ 10 milhões, conforme apresentado o quadro abaixo.

	31/12/2022		31/12/2021	
	▲	%	▲	%
(+) Receita bruta	66.464	14,45%	58.073	
(-) Deduções da receita	(5.098)	21,27%	(4.204)	
(-) Despesas gerais e administrativas	(44.412)	26,53%	(35.101)	
(-) Despesas com contingências	(5.590)	-82,87%	(32.625)	
(+/-) Outras receitas e despesas	86	-40,69%	145	
(+/-) Resultado financeiro	7.281	131,66%	3.143	
(-) IRPJ e CSLL	(8.250)	20,84%	(6.827)	
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	10.481	-160,25%	(17.396)	

Cabe salientar, que a Administração tem como meta tornar este resultado ainda melhor, principalmente com a implantação de um planejamento estratégico adequado, mudanças pontuais em diversos setores da Companhia, investimento em qualificação técnica, treinamentos e implantação de políticas em acordo com a legislação e normas internacionais e contabilidade.

Recursos Humanos

Entendemos que para uma determinada Companhia obtenha sucesso em suas atividades, tudo começa com o sucesso da equipe. Para isso, a CEASAMINAS busca de forma constante o aperfeiçoamento

e qualificação de seus colaboradores, bem como o fornecimento de um local de trabalho seguro, administrado e inclusivo, no qual permita aos nossos colaboradores prosperar e ter um futuro melhor. Temos pela nossa gente, satisfação, orgulho e carinho, independente do seu vínculo de trabalho. Em 2022, nosso quadro de colaboradores era formado da seguinte forma:

Local	Quantidade
Barbacena	3
Caratinga	6
Contagem	175
Juiz de Fora	4
Uberlândia	10
Governador Valadares	5
Total	203

Além disso, em nosso planejamento estratégico incluímos constantemente a execução de cursos e treinamentos para líderes, coordenadores, e diretoria com o objetivo de tornarmos cada vez mais relevantes no que tange a uma prestação de serviços de qualidade a todos os nossos clientes e fornecedores. Para tanto, o quadro abaixo apresenta os cursos e quantidade de colaboradores treinados em 2022:

Descrição	Quantidade de colaboradores treinados	Área
Lei de acesso à informação	1	AUDIN
VI Fórum nacional de controle	1	AUDIN
1ª Semana nacional de controle interno	1	AUDIN
Análise e Melhoria de Processos	1	AUDIN
Provas no processo administrativo disciplinar	1	AUDIN
Planejamento estratégico para organizações públicas	1	AUDIN
Curso sobre o manual de orientações técnicas da atividade de auditoria interna governamental	1	AUDIN
NR 06	8	DEINFRA
NR 10	4	DEINFRA
NR 18	7	DEINFRA
NR 35	6	DEINFRA
E-Social voltado para saúde e segurança no trabalho	1	DEREH
TOTVS reports	6	DETIN
Governança em conformidade com a Lei nº. 13.303/2016	10	Diretoria e Conselho
Normas Internacionais de Contabilidade	12	Diversos
Liderança e gestão de equipes	34	Lideranças
Excelência no atendimento	31	Orientadores de Mercado
Planejamento estratégico	26	Planejamento Estratégico
Curso online de capacitação e certificação em ouvidoria	1	Ouidoria
Compliance e governança: da conformidade legal à integridade corporativa	2	SEGER
Comportamento ético no ambiente de trabalho	4	SEMPT
Total	159	

Adicionalmente, a área de Recursos Humanos atua respeitando leis e normas locais, com suporte com incentivo a novos talentos, contratação e manutenção de colaboradores, seguindo padrões que atendem à cultura corporativa da Companhia.

Sustentabilidade

A CEASAMINAS assinou um Termo de Compromisso de Compensação Ambiental com o Instituto Estadual de Florestas (IEF), por meio do qual se comprometeu a repassar mais de R\$ 250 mil reais, que serão utilizados pelo instituto na realização de quatro ações: regularização fundiária, plano de manejo, bens e serviços, estudos para criação de Unidades de Conservação e desenvolvimento de pesquisas em unidade de conservação e área de amortecimento. A compensação ambiental foi instituída pela Lei Federal 9.985/2000 como um instrumento econômico com o objetivo de contrabalançar os impactos ambientais ocorridos na implantação ou operação de um empreendimento. Dessa maneira, os custos sociais e ambientais identificados no licenciamento ambiental são incorporados aos custos globais do empreendedor para que este compense o impacto ambiental gerado pela instalação do seu negócio.

Investimentos, Pesquisa e Desenvolvimento, e Planejamento Estratégico
Em 2022, a Companhia não efetuou investimentos, bem como desenvolveu pesquisas e desenvolvimentos relevantes que mereçam atenção. Ressalta-se, que a administração da Companhia esta empenhada na elaboração de um planejamento estratégico cujo objetivo será a melhoria dos indicadores de desempenho de todos os setores que a envolvem nos exercícios vindouros.

Governança Corporativa

A Assembleia Geral é o órgão máximo da CEASAMINAS, com poderes para deliberar sobre todos os negócios relativos ao seu objeto. O Conselho de Administração é órgão de deliberação estratégica e colegiada da Companhia e deve exercer suas atribuições considerando os interesses de longo prazo da mesma, os impactos decorrentes de suas atividades na sociedade e no meio ambiente e os deveres fiduciários de seus membros, em alinhamento ao disposto na Lei nº 13.303/2016. Além disso, é responsável pela tomada de decisões e formulação de diretrizes e políticas gerais referentes aos negócios da Companhia, incluindo suas estratégias de longo prazo. O Conselho de Administração é composto por 04 (quatro) membros, no qual nomeia os diretores da Companhia e supervisiona suas atividades. O Conselho Fiscal, composto por 03 (três) membros, é o órgão permanente de fiscalização, de atuação colegiada e individual. O Comitê de Auditoria Estatutário, composto por 03 (três) membros, é um órgão de suporte ao Conselho de Administração no que se refere ao exercício de suas funções de auditoria e de fiscalização sobre a qualidade das demonstrações contábeis e efetividade dos sistemas de controle interno e de auditorias interna e independente. A Diretoria Executiva é o órgão executivo de administração e representação, cabendo-lhe assegurar o funcionamento regular da companhia em conformidade com a orientação geral traçada pelo Conselho de Administração. Elaboração e Conteúdo | Diretoria Executiva.

Balanços patrimoniais				
Em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)				
Ativo	Nota	31/12/2022	31/12/2021	Passivo
Circulante				Circulante
Caixa e equivalentes de caixa	5	39.415	27.640	Fornecedores
Contas a receber de clientes	6	10.075	15.287	Obrigações sociais
Estoques		178	184	Obrigações tributárias
Adiantamentos		313	197	Dividendos propostos
Tributos a recuperar		255	72	Outros passivos circulantes
Outros ativos circulantes	7	3.105	2.774	
		53.341	46.154	
Não circulante				Não circulante
Caixa restrito	8	-	6.551	Provisão para contingências
Depósitos judiciais	14.4	24.370	7.964	Crédito Estado de Minas Gerais
Instrumentos financeiros		414	383	Outros passivos não circulantes
Imobilizado	9	1.432	1.430	
Intangível		323	316	
Outros ativos não circulantes	7	-	10	
		26.539	16.654	
Total do Ativo		79.880	62.808	Total do passivo e patrimônio líquido

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do valor adicionado			
31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)			
	31/12/2022	31/12/2021	
RECEITAS	58.942	57.652	
Serviços e concessionários de uso	66.464	58.073	
Outras receitas	86	145	
Estimativa de perda com créditos de liquidação duvidosa	(7.608)	(566)	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(19.491)	(44.787)	
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(18.597)	(44.370)	
Despesas financeiras	(894)	(417)	
VALOR ADICIONADO BRUTO	39.451	12.865	
DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	(4)	(42)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	39.447	12.823	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	8.175	3.560	
Receitas financeiras	8.175	3.560	
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	47.622	16.383	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	47.622	16.383	
Pessoal	23.793	22.748	
Remuneração direta	14.977	14.682	
Benefícios	7.621	6.852	
FGTS	1.195	1.214	
Impostos taxes e contribuições	13.348	11.031	
Federais	13.271	10.973	
Municipais	77	58	
Remuneração de Capitais Próprios	10.481	(17.396)	
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	10.481	(17.396)	

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados			
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)			
	Nota	31/12/2022	31/12/2021
RECEITA LÍQUIDA	17	61.366	53.869
		61.366	53.869
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Despesas gerais e administrativas	18	(44.412)	(35.101)
Outras receitas (despesas) operacionais		86	145
Despesas com contingências	14	(5.590)	(32.625)
		(49.916)	(67.581)
Resultado operacional antes do resultado financeiro e impostos		11.450	(13.712)
Despesas financeiras	19	(894)	(417)
Receitas financeiras	19	8.175	3.560
Resultado financeiro		7.281	3.143
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		18.731	(10.569)
(-) Impostos correntes	20	(8.250)	(6.827)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		10.481	(17.396)

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes			
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)			
	31/12/2022	31/12/2021	
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	10.481	(17.396)	
Outros resultados abrangentes	-	-	
Resultado abrangente do exercício	10.481	(17.396)	

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido			
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)			
	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	26.138	(6.943)	19.195
Prejuízo do exercício	-	(17.396)	(17.396)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	26.138	(24.339)	1.799
Lucro líquido do exercício	-	10.481	10.481
Reversão de dividendos propostos	-	1.284	1.284
Saldos em 31 de dezembro de 2022	26.138	(12.574)	13.564

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa			
31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)			
	31/12/2022	31/12/2021	



CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S/A - CEASAMINAS

CNPJ 17.504.325/0001-04

de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante. **3.6. Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para tributos sobre a renda está baseada no lucro tributável do exercício financeiro. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque inclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescidas do adicional (j) de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 mil para imposto de renda e (ii) 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido. As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos correntes. **3.7. Provisões:** Geral - Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. Nessas circunstâncias, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte (exemplo: por força de um contrato de seguro), o reembolso é reconhecido como um ativo separado (mas apenas quando for praticamente certo). A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado líquido de qualquer reembolso. **Provisões para contingências:** A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, civil e trabalhista. Com base em pareceres jurídicos e considerando que os procedimentos adotados pela Companhia guardam conformidade com as previsões legais e regulamentares, é constituída provisão nos casos em que os riscos são considerados prováveis. A Administração da Companhia, com base nos dados que lhes são apresentados pela equipe técnica competente, acredita que as provisões são suficientes para fazer face às perdas estimadas para essas contingências. **3.8. Benefícios a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o decurso de tempo de trabalho desses respectivos empregados. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal de pagar esse montante em função do tempo de trabalho prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **3.9. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas e as despesas financeiras da Companhia compreendem, essencialmente: (i) rendimentos de aplicações financeiras; (ii) receita e despesa de juros; (iii) receitas de multas contratuais e (iv) variações monetárias. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado do período de competência. **3.10. Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas em conformidade ao pronunciamento contábil CPC 03 (R2) / IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa. A demonstração do valor adicionado foi elaborada de acordo com o CPC 09/NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado (DVA) e apresentada como informação suplementar. **3.11. Arrendamento:** A Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento no início do contrato. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e correspondente passivo de arrendamento com relação a todos os contratos de arrendamento nos quais a Companhia seja o arrendatário, exceto arrendamentos de curto prazo (definidos como arrendamentos com prazo de arrendamento de no máximo 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor (tais como computadores pessoais, pequenos itens de móveis de escritório e telefones). Para esses arrendamentos, a Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento operacional como despesa operacional pelo método linear pelo período do arrendamento, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o padrão de tempo no qual os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos. O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento que não são pagos na data de início, descontados aplicando-se a taxa implícita no arrendamento. Se essa taxa não puder ser prontamente determinada, a Companhia usa sua taxa incremental de captação. As taxas incrementais de captação dependem do prazo, moeda e data de início do arrendamento e poderá ser considerada mediante a taxa de juros disponível no mercado para um ativo de mesma natureza e característica. Em 2022, a Companhia efetuou inventário físico e análise de todos os contratos de arrendamento mercantil de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) - Arrendamentos. Não foi efetuado nenhum registro de arrendamento em função dos contratos efetuados pela Companhia possuírem prazo igual ou inferior a 12 meses.

4. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações: Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não vigentes: Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) a revisão das referidas normas abaixo, já vigentes no exercício de 2022, as respectivas alterações foram avaliadas e adotadas pela Administração quando aplicáveis a Companhia, não havendo efeitos em suas demonstrações financeiras no que tange a sua aplicação:

Pronunciamento	Alteração
Alterações a IFRS 3/CPC 15 (R1)	A referida alteração traz mudanças referente à Estrutura Conceitual de 2018, nas quais também incluem na IFRS 3 a exigência de que, para obrigações dentro do escopo da IAS 37 (CPC 25) Provisões, Passivos e Ativos Contingentes, o comprador adote a IAS 37 (CPC 25) com o objetivo de determinar se há obrigação presente na data de aquisição em virtude de eventos passados.
Alterações à IAS 16/CPC 27	Nesta alteração, fica proibido de deduzir do custo um item do imobilizado no qual o recurso seja proveniente da venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso, isto é, recursos para trazer o ativo ao local e na condição necessária para que seja capaz de operar da maneira pretendida pela Administração. Consequentemente, a entidade reconhece esses recursos da venda e correspondentes custos no resultado.
IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros	Trazem lucidez acerca das taxas nas quais devem ser incluídas no teste de baixa de passivos financeiros.
IFRS 16/CPC 06 - Arrendamentos	Alteração do exemplo 13, com a inclusão do exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado.
IFRS 1/CPC 37 Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros	Melhora a aplicabilidade da norma por uma subsidiária que adote mensuração do montante acumulado de variações cambiais.
IAS 41/CPC 29 - Ativos Biológicos	Remove a exigência de excluir das estimativas de fluxos de caixa os tributos (IR/CS) ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas, alinhando assim as exigências de mensuração do valor justo no IAS 41 com as de outras normas IFRS.
Alterações à IAS 37/CPC 25	Traz a especificação de que o "custo de cumprimento do contrato compreende os custos diretamente relacionados ao contrato". Assim sendo, os custos diretamente relacionados ao contrato compreendem os custos incrementais de cumprimento desse contrato (por exemplo, funcionários ou materiais) e a alocação de outros custos diretamente relacionados ao cumprimento de contratos (por exemplo, alocação das despesas com depreciação para um item do imobilizado usado no cumprimento do contrato).
Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018-2020	Alterações à: IFRS 1/CPC 37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade; IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros; IFRS 16/CPC 06 (R2) - Arrendamentos; IAS 41/CPC 29 - Agricultura.

Outrossim, o IASB (*International Accounting Standards*) tem estudado possíveis mudanças a emissão de novos pronunciamentos, bem como revisão de pronunciamentos existentes, os quais entrarão em vigência somente a partir de 01 de janeiro de 2023 com a convergência dos pronunciamentos pelo CPC, sendo eles:

Pronunciamento	Descrição	Aplicável a períodos anuais com início em ou após
Alterações à IAS 1	Divulgação de políticas materiais significativas	01 de janeiro de 2023
Alterações à IAS 1	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	01 de janeiro de 2024
Alterações à IFRS 3	Referência à Estrutura Conceitual	01 de janeiro de 2023
Alterações à IAS 08	Mudanças nas estimativas contábeis e correção de erros.	01 de janeiro de 2023
Alterações à IAS 12	Estabelece o reconhecimento do diferido sobre as transações de arrendamentos.	01 de janeiro de 2023

A Administração está avaliando potenciais impactos e, neste momento, não se espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as informações financeiras intermediárias condensadas em períodos futuros.

5. Caixa e equivalentes de caixa

O saldo de caixa e equivalentes estava assim demonstrado nos respectivos períodos:

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa	24	11
Bancos conta movimento	128	406
Aplicações financeiras (i)	39.263	27.223
	39.415	27.640

(i) As aplicações financeiras são remuneradas pelas taxas médias entre 79,34% a 99% em 31 de dezembro de 2022 (56% a 100% em 31 de dezembro de 2021) do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI). São aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e com vencimentos originais de até 90 dias.

6. Contas a receber de clientes

a) Composição: O saldo das contas a receber da Companhia pode ser assim demonstrado:

	31/12/2022	31/12/2021
Valores a receber de clientes	24.104	22.397
Acordos com clientes	4.504	3.815
(-) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (i)	(18.533)	(10.925)
	10.075	15.287

(i) Os acordos com clientes referem-se a inadimplentes que repactuam seus débitos junto à Companhia sobre títulos vencidos em um prazo de até 06 parcelas mensais. A variação dos períodos ocorreu em função da repactuação dos montantes junto a estes e outros inadimplentes. **b) Movimentação da provisão para perdas de crédito esperadas:** O quadro abaixo apresenta a movimentação ocorrida nos respectivos períodos:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	(10.925)	(10.359)
(+) Constituição (ii)	(7.608)	(1.661)
(-) Reversão	1.095	1.095
Saldo final	(18.533)	(10.925)

(ii) Em 2022, a Companhia realizou a revisão do contas a receber, bem como a metodologia de avaliação e registro das perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa, tal revisão gerou um efeito significativo nas perdas, no qual a Companhia acredita ser suficiente para representar a recuperabilidade deste grupo de ativos.

7. Outros ativos circulantes e não circulantes

	31/12/2022	31/12/2021
Resultado RDC - Recuperação Despesa Comuns (a)	2.575	2.043
Valor-transporte e alimentação	224	385
Vina Equipamentos e Construções Ltda. (b)	235	235
Outros ativos	71	121
	3.105	2.784
Circulante	3.105	2.774
Não circulante	-	10

a) A Companhia firma contratos de concessão de uso mediante prévio processo licitatório (anteriormente embasado na lei 8.666/93 e atualmente pela Lei 13.303/16), onde concede espaço físico imobiliário

por um prazo de 20 a 25 anos com os usuários dos entrepostos sobre seu controle. Os aludidos contratos preveem tarifa de uso para utilização dos espaços concedidos calculada conforme o m² (metro quadrado) disponibilizado. Os contratos de concessão de uso preveem uma segunda tarifa denominada "Ratêio de Despesas Comuns - RDC", cujo objetivo é custear as despesas de manutenção do espaço físico dos entrepostos utilizadas por todos os concessionários e abaixo discriminadas: - Iluminação Pública de uso comum; - Manutenção em Edificações; - Manutenção em instalações (rede fluvial, rede elétrica, arreamento, jardinagem e trânsito de veículos); - Água e esgoto; - Pessoal próprio e terceirizado. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia registrou déficit das operações com RDC - Recuperação de Despesas Comuns, saldo devedor apurado em Conta Gráfica relativa ao "Ratêio de Despesas Comuns - RDC" relativas aos entrepostos de Barbacena/MG, Caratinga/MG e Governador Valadares/MG. b) Refere-se a serviços que serão absorvidos pelo "Ratêio de Despesas Comuns RDC".

8. Caixa restrito (aplicação financeira)

Em 19 de dezembro de 2020, foi efetuado seguro garantia judicial para execução trabalhista no processo nº. 0010346-49.2016.5.03.0031 mantido pelo Sindicato dos Advogados de Minas Gerais em ação judicial dos advogados funcionários da Ceasaminas, pleiteando redução de jornada de trabalho. Em 31 de dezembro de 2022, em função do vencimento e renovação da apólice do seguro contratado relativo ao referido processo, a Companhia não possui valores caucionados para a referida apólice.

	31/12/2022	31/12/2021
Banco Bradesco S/A.	-	6.551
	-	6.551

9. Imobilizado

O ativo imobilizado da Companhia para o período de apresentação estava assim representado:

	Bens Estado de Minas Gerais			Outros ativos (*)	Total
	Terrenos	Edificações	Instalações		
Em 31 de dezembro de 2020	1.430	-	-	-	1.430
Em 31 de dezembro de 2021	1.430	-	-	-	1.430
Adições	-	-	-	2	2
Em 31 de dezembro de 2022	1.430	-	-	2	1.432

(*) Refere-se a urbanizações, máquinas e equipamentos, máquinas de escritório, móveis e utensílios, aparelhos de telecomunicações, aparelhos de informática e imobilizados em andamento. Em 31 de dezembro de 2021, mediante reapresentação das demonstrações financeiras de 2019 a 2021 a Companhia constituiu uma perda por redução ao valor recuperável (impairment) o montante total de R\$ 26.050 cujos valores residuais não representavam com fidelidade a realidade da recuperabilidade destes ativos anteriormente publicado. Em outubro de 2022, a Companhia efetuou a contratação da empresa especializada em gestão de imobilizado Avance Ativo Imobilizado Ltda. ("Avance"), com o objetivo de efetuar o levantamento de todo seu ativo imobilizado mediante inventário físico, bem como a respectiva vida útil remanescente destes ativos, a correta taxa de depreciação, como também a respectiva classificação contábil, e os itens que precisariam ser baixados seja pela inexistência e/ou sucateamento dos mesmos. Em março de 2023, o trabalho efetuado pela Avance foi concluído e atualmente a Companhia está em processo de conciliação dos valores dos ativos identificados, bem como levantamento de 100% da documentação suporte, estima-se que a conclusão dos trabalhos será concluído até o segundo trimestre de 2023. Neste contexto, itens nos quais foram provisionados como redução ao valor recuperável (impairment), poderão retornar, com os correto dados necessários para validação da geração de benefícios econômicos destes respectivos ativos.

10. Fornecedores

Os saldos relativos a conta fornecedores estão apresentados pelos mais relevantes da Companhia. Todos mantendo contratos em consonância aos ditames das Leis 8.666/93 e Lei 13.303/16, para fornecimento de material e prestação de serviços, são eles:

	31/12/2022	31/12/2021
Cemig Geração e Transmissão S.A	1.115	1.173
Prefeitura Municipal de Contagem	146	113
Construtora Terrayama Ltda	59	329
Sodexo Pass do Brasil Serviços Comércio	-	170
Transimão Transp.Urbanos e Turismo Ltda	-	196
Vina equipamentos e Construções Ltda	278	352
Segex Segurança Privada Eireli	279	260
Agile Empreendimentos e Serv.Eireli	-	304
Empresa Mineira de Computadores	82	32
Conservo Serviços Gerais Ltda	392	4
JRL Engenharia Ltda.	100	46
Saneape Soluções Ambientais EIRELI	509	-
Fornecedores diversos	724	767
	3.684	3.746

11. Obrigações sociais

	31/12/2022	31/12/2021
Provisão de férias	2.007	1.972
Participação de empregados - PLR (a)	143	143
Participação de administradores - PLR (a)	77	77
INSS a pagar	164	773
FGTS a pagar	164	162
INSS sobre férias	488	479
FGTS sobre férias	171	168
Outras obrigações sociais	52	57
	3.841	3.831

(a) As participações dos empregados no "Programa de Participação nos Lucros e Resultados - PLR" e a "Remuneração Variável dos Administradores - RVA" são previamente aprovadas pelo seu Conselho de Administração e pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST, órgão do Ministério da Economia. A "Participação nos Lucros e Resultados - PLR" é calculada em 6% do resultado do exercício e não poderá ultrapassar 25% dos dividendos propostos, com base em índice e metas predefinidas; a "Remuneração Variável dos Administradores - RVA" estabelece as condições para que a diretoria executiva da estatal participe dos resultados da Companhia. Em 2022, a Companhia não registrou provisão para a rubrica em função da absorção dos prejuízos acumulados.

12. Obrigações tributárias

O saldo referente às obrigações tributárias podem ser assim apresentadas:

	31/12/2022	31/12/2021
ISSQN a recolher	143	155
COFINS a recolher	390	276
PIS a recolher	82	59
IRRF a recolher	265	258
IRPJ e CSLL a pagar	1.068	998
PIS/COFINS/CSLL sobre terceiros	596	619
Outras obrigações tributárias	-	3
	2.544	2.368

13. Outros passivos circulantes e não circulantes

	31/12/2022	31/12/2021
Crédito de usuários (a)	236	398
Assoc. Comerciantes Uberlândia ACCU	160	127
Convênio Polícia Militar de Minas Gerais/CEASA-MG	125	223
CONAB - Cia Nacional de Abastecimento (b)	575	575
Conta Gráfica Recup.Desp.Comuns (c)	1.340	513
Associação dos Produtores de Hortifrutigranjeiros das Ceasas do Estado de Minas Gerais	279	110
ACCEASA	444	438
Conta Graf.Rec.Desp.Comuns-Juiz de Fora (c)	392	420
Outras contas a pagar	1.055	880
	4.606	3.684

Circulante 4.103 3.600
Não circulante 503 84

(a) Os créditos de terceiros referem-se ao reconhecimento de obrigações para com terceiros. (b) As obrigações mencionadas nas demonstrações financeiras se referem à antiga dívida contraída junto à Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB para construções de edificações mediante o Termo de Acordo nº 08/2009 e do Contrato de Concessão de Uso nº LIC/CCU/JP 004-10. (c) Referem-se a valores retidos dos concessionários e/ou permissionários relativos ao saldo da Conta Gráfica do Ratêio das Despesas Comuns - RDC recebidos a maior em períodos anteriores.

14. Depósitos judiciais e provisão para contingências

14.1 Composição e movimentação: A provisão para demandas judiciais é estimada pela Companhia e corroborada por seus consultores jurídicos e foi estabelecida em um montante considerado suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais, a sua relevância jurídica, o histórico de ocorrência e valores envolvidos e a avaliação dos advogados externos. A movimentação das provisões está demonstrada abaixo:

	Cíveis	Trabalhistas	Outras	Total
Em 31 de dezembro de 2020	743	7.623	890	9.256
Constituição	3.030	13.100	16.495	32.625
Pagamentos	-	(2.090)	-	(2.090)
Em 31 de dezembro de 2021	3.773	18.633	17.385	39.791
Constituição	642	3.645	1.303	5.590
Pagamentos	-	-	(45)	(45)
Em 31 de dezembro de 2022	4.415	22.278	18.643	45.336

Contingências Prováveis: a) Outras: INSS - A Companhia foi autuada administrativamente pela fiscalização do Instituto Nacional de Seguro Social - INSS para recolhimento de contribuições previdenciárias que foram anteriormente (período de 09 a 12/2009 e 13/2009) objeto de compensação tributária sobre encargos sociais referentes a (i) férias mais 1/3 constitucional, (ii) salário-maternidade e (iii) indenização relativa aos primeiros quinze dias de afastamento por auxílio-doença ou acidente de trabalho. Essa autuação ensejou defesa da Companhia junto ao Poder Judiciário ainda pendente de solução definitiva, o montante provisionado nesta esfera perfaz o valor de R\$ 890 até 31 de dezembro de 2022. **Via Magna Construções e Empreendimentos Ltda. ("Via Magna")** - A Ceasaminas celebrou contrato administrativo de concessão de uso LIC/CCU/AE001-14 firmado em 14 de abril de 2014, com a empresa Via Magna, cujo objetivo consistiu na concessão de uso de uma área de 551.724 m2, então destinada à construção e exploração de um complexo de atividades varejistas ou atacadas por um período de 60 anos. Que foi embargado pelos órgãos reguladores, prazo de concessão inválido. Em 19 de novembro de 2014, havia recebido a título da concessão o valor de R\$ 7.008. Em 2 de agosto de 2017, a Ceasaminas decidiu rescindir unilateralmente o contrato de concessão. A demanda judicial de interesse da Companhia, representada pela Ação Ordinária de Cobrança movida por Via Magna, Processo nº 5009223-11.2020.8.13.0079, que tramitava perante o Juízo da 1ª. Vara Cível da Comarca de Contagem - MG já se findou, com decisão judicial transitada em julgado favorável à CEASAMINAS, proferida em 10 de dezembro de 2020, na qual o d. Juízo julgou extinto o processo, sem julgamento do mérito, com base no art. 485, VII, do CPC, com o acolhimento da preliminar de existência de convenção de arbitragem alegada na contestação. Neste contexto, o referido processo encontra-se na câmara arbitral sob o nº. 329, sendo este o principal valor que compõe o grupo. **b) Trabalhistas:** A Companhia é parte passiva em demandas judiciais ajuizadas por empregados próprios ou de prestadores de serviços (terceirizados) relacionadas com a atividade laboral, plano de cargos e salários, acordos coletivos de trabalho e indenizações. **c) Cíveis:** As contingências cíveis estão relacionadas com as operações, produtos e serviços ofertados pela Companhia e que ensejam demandas judiciais (geralmente de

conteúdo indenizatório, patrimonial ou moral). **14.2 Contingências possíveis (não provisionadas):** Existem ações judiciais nas quais a Companhia figura como ré. Com base nos relacionamentos pelos seus consultores jurídicos, tais ações são estimadas em possíveis perdas para a Companhia, são elas:

	31/12/2022	31/12/2021
Cível	26.883	61.811
Trabalhista	18.705	16.488
Outras	-	5.501
	45.588	83.800

Logo abaixo estão listadas as ações mais relevantes em que a Companhia figura como Ré, com um possível desfecho negativo: a) Cível - Processo n. 4577547-33.2008.8.13.0079 em trâmite na 1ª Instância da Comarca de Contagem/MG: Trata-se de demanda judicial onde a seguradora de concessionários alega ter pago o sinistro a algumas empresas em razão do incêndio do Pavilhão 6 do entreposto de Contagem/MG da Companhia em outubro de 2006. A seguradora pleiteia o ressarcimento sob a alegação de ter se sub-rogado nos direitos à indenização quitados pela mesma. - Valor da demanda é de R\$ 2.940. b) Cível - Processo nº 5004505-73.2017.8.13.0079, em trâmite perante a 4ª Vara Cível da Comarca de Contagem. Ação de indenização de Quilights Energia Ltda. contra a CEASAMINAS no valor de R\$ 5.248. c) Cível - Processo nº 5030495-32.2018.8.13.0079, em trâmite perante a 2ª Vara Cível da Comarca de Contagem. Tutela Cautelar Antecedente movida por Batuta Produtos Alimentícios Ltda. contra a CEASAMINAS, no valor de R\$ 18.715. d) Cível MGI - Minas Participações S.A. - Trata-se de uma ação de execução que a MGI Participações S/A move contra a CEASAMINAS (processo nº 0632087-22.1998.8.13.0024) referente a um terreno localizado em Uberlândia com áreas de 49.500 m2 de um total global de 200.135 m2. Em 18 de junho de 1993, o mesmo foi dado em garantia, objeto de garantia hipotecária em uma escritura pública de empréstimo, onde a Companhia é avalista limitada ao valor do terreno no financiamento concedido a Cooperativa dos Produtores de Hortifrutigranjeiros Ltda. de Uberlândia/MG. Em 2022, a Companhia perdeu o referido processo e já efetuou a baixa do ativo. **14.3 Contingência remota (não provisionada) com valores relevantes: Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) - Ministério Público/MG:** Em 05 de março de 2015, assinou um Termo de Acordo com o Ministério Público do Trabalho de Minas Gerais, junto a ACCESA (Associação Comercial da Cessa), SINTRAMOV (Sindicato dos Trabalhadores na Movimentação de Mercadorias em Geral), ASCAR (Associação dos Carregadores e Chapas Autônomas da Ceasa/Contagem), SINDICAR (Sindicato dos Carregadores do Mercado Livre de Produtores e de Hortifrutigranjeiros do Entrepósito da CEASAMINAS em Contagem) e APHCCEMG (Associação dos Produtores de Hortifrutigranjeiros das CEASA do ESTADO de Minas Gerais. De acordo com o TAC a Companhia compromete-se a não permitir a prestação de serviço de trabalhadores informais não cadastrados, sindicalizados ou não, para o trabalho avulso ou de movimentação de mercadorias, seja junto aos seus concessionários para si própria, para que haja imediatamente formalização dos contratos de trabalho dos trabalhadores avulsos e "chapas" seja pela vinculação direta aos tomadores estabelecidos em seu entreposto comercial, seja pela intermediação da mão de obra, nos moldes da Lei 12.023/09, pelo sindicato representativo dessa categoria profissional, sob pena de multa diária de R\$ 1 mil por trabalhador exercendo atividade em situação irregular. A fiscalização da atividade irregular de trabalhadores informais não cadastrados no sistema de intermediação sindical, ou sem registro formal do contrato de trabalho, será realizado em conjunto com as entidades envolvidas (ASCAR, SINDICAR, SINTRAMOV, CEASAMINAS, ACCESA e APHCCEMG). Em 24 de julho de 2018, o Ministério Público do Trabalho de Minas Gerais emitiu notificação a respeito da multa atualizada no montante de R\$ 425.048 conforme laudo pericial, devido as irregularidades no entreposto conforme deliberação da última audiência na Procuradoria Regional do Trabalho da 3ª Região. Em 26 de outubro de 2018, através do Despacho no 260129/2018 o Ministério Público do Trabalho de Minas Gerais suspendeu, por ora, a execução da multa. Até a presente data não ocorreram alterações no processo, mantendo suspensa a cobrança de multa. **14.4 Depósitos judiciais:** A Companhia possui depósitos em espécie realizados judicialmente para cumprimento das probabilidades de perda em determinados processos judiciais trabalhistas no montante de



CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S/A - CEASAMINAS

CNPJ 17.504.325/0001-04

20. Impostos correntes (Imposto de renda e contribuição social)
A conciliação das despesas de imposto de renda e contribuição social (calculadas pela aplicação das alíquotas vigentes) e os valores refletidos nos resultados dos exercícios encerrados, respectivamente, em 31 de dezembro de 2022 e 2021 estão abaixo demonstrados:

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro antes do IR e CSLL	18.731	(10.569)
(+) Adições	5.572	32.947
Provisão para contingências	5.590	32.625
Impairment do ativo imobilizado	(18)	-
Outras adições	-	322
(-) Exclusões	(39)	(2.299)
Lucro real	24.264	20.079
Imposto de renda e contribuição social (34%)	(8.250)	(6.827)
Imposto de renda e contribuição social devidos	(8.250)	(6.827)
Imposto de renda e contribuição social a pagar	1.068	998

A Companhia possui prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias, que não possuem prazo prescricional. A Companhia não reconheceu tributos diferidos ativos em função ausência de histórico e expectativa de lucros tributáveis. O valor não reconhecido é de R\$ 13.096 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 11.202 em 2021). Na medida em que se tornar provável a geração de lucro tributável futuro, a Companhia poderá registrar esse ativo, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 32 – Tributos sobre o lucro.

21. Remuneração e benefícios da Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria

A Companhia considera como "profissionais-chaves da administração", os integrantes da sua Administração, que são estatutários e os membros do conselho de administração. A remuneração dos referidos profissionais, está composta por despesas que incluem salários, encargos sociais, pró-labore e bônus. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foi:

	31/12/2022	31/12/2021
Remuneração da Diretoria	743	851
Remuneração do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria	255	264
Total	998	1.115

22. Cobertura de seguros (não auditado)

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia mantém as seguintes apólices de seguros vigentes:

Descrição	Limite máximo de
Indenização	
Responsabilidade Civil Diretores	10.000
Demanda Trabalhista	6.636
Total	16.636

23. Programa Nacional de Desestatização - PND

Por estar incluída no PND, o BNDES passou a conduzir o processo de contratação de estudos técnicos especializados para aprofundamento das análises a fim de assegurar a adequada continuidade das

ações visando a desestatização da Companhia. Em 11 de novembro de 2022, foi publicado no Diário Oficial da União, o edital com informações sobre as condições de desestatização da Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A. – Ceasaminas, empresa de economia mista do governo federal, sob a supervisão do Ministério da Agricultura. O leilão estava marcado para o dia 22 de dezembro de 2022, às 13h, na sede da B3, em São Paulo (SP), no entanto, no dia 14 de dezembro de 2022 foi publicado no Diário Oficial da União a suspensão da sessão pública do Leilão do Edital BNDES nº 003/2022 - Ceasaminas - PPI/PND. Até a emissão destas demonstrações financeiras não ocorreram movimentações significativas no processo.

24. Eventos subsequentes

Até a emissão destas demonstrações financeiras não ocorreram eventos subsequentes significativos que mereçam destaque.

Contagem, 17 de abril de 2023.

Administradores:

Luciano José de Oliveira
Diretor Presidente e Diretor Técnico Operacional - Interino

Luciano Pettersen
Diretor Financeiro

Náziro Veloso da Silva
Contador - CRC/AM 006457/O-0 T-MG

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas e Administradores das
Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A.
Belo Horizonte - MG

Opinião com ressalva
Examinamos as demonstrações financeiras das Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A. ("CEASAMINAS" ou "Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para a opinião com ressalva" as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Ativo Imobilizado: Conforme mencionado na nota explicativa 9, a Companhia constituiu provisão para perda por redução ao valor recuperável ("impairment"), cujos os valores residuais não representavam com fidedignidade a recuperabilidade destes ativos. Adicionalmente, em outubro de 2022, a Companhia efetuou a contratação de empresa especializada em gestão de imobilizado com o objetivo de efetuar o levantamento de todo seu ativo imobilizado mediante inventário físico, bem como a respectiva vida útil remanescente destes ativos, a correta taxa de depreciação, como também a respectiva classificação contábil, e os itens que precisarão serem baixados seja pela inexistência e/ou sucateamento dos mesmos. Consequentemente, não nos foi possível concluir, por meio de procedimentos alternativos de auditoria, sobre o valor registrado contabilmente da provisão para perda por redução ao valor recuperável ("impairment"), bem como dos possíveis impactos referentes ao resultado do trabalho da empresa especializada em gestão de imobilizado, e o processo de reconciliação efetuado pela Companhia até sua conclusão. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfases
1. Programa nacional de desestatização - PND: Conforme mencionado na nota explicativa 23, a Companhia está incluída no Programa Nacional de Desestatização, com vista à sua privatização. Chamamos a atenção para o fato que quaisquer decisões do governo federal, sobre a desestatização

da Companhia, poderão vir a causar modificações de forma significativa nas demonstrações financeiras da mesma. **2. Cobertura de seguros:** Conforme nota explicativa 22, a Companhia possui apólices de seguros para responsabilidade civil e ações trabalhistas. Chamamos a atenção que a Companhia não possui cobertura de seguro para os ativos imobilizados.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado
As demonstrações do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS e cuja a apresentação não é requerida às companhias fechadas, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores
A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentar estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão

do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. - Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 17 de abril de 2023.
TATICCA Auditores Independentes S.S.
CRC 25P-03.22.67/O-1

Octavio Romeu Roland Neto
Contador CRC - 1MG080487/O-4

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os membros do Conselho de Administração, Srs. Marcio Cândido Alves, Edmilson Alves, Francisco Carlos de Sena Júnior e Heronilton dos Santos Silva no uso de suas atribuições legais e estatutárias, em especial do disposto no art. 142, V, da Lei Federal nº 6.404/76, art. 30, "inciso VII" do Estatuto Social da Ceasaminas, após análise da documentação pertinente, e em consonância com os relatórios do auditor externo independente e do Comitê de Auditoria Estatutário, APROVARAM COM RESSALVAS as

Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 2022 e o Relatório de Administração 2022. Adicionalmente, deliberam favoravelmente às proposições de destinação do (prejuízo) do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, e da programação do Orçamento de Investimentos 2023 conforme deliberações da 440ª Reunião Ordinária da Diretoria Executiva da Companhia. Realizadas as aprovações, os Conselheiros manifestaram pelo encaminhamento para deliberação da Assembleia Geral Ordinária.

Contagem, 26 de abril de 2023.
MARCIO CÂNDIDO ALVES - Conselheiro
EDMILSON ALVES - Conselheiro
FRANCISCO CARLOS DE SENA JUNIOR - Conselheiro
HERONILTON DOS SANTOS SILVA - Conselheiro

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Centrais de Abastecimento de Minas Gerais - CEASAMINAS, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, em Reunião Extraordinária realizada nesta data, procedeu ao exame do Relatório da Administração, do Balanço Patrimonial, da Demonstração do Resultado do Exercício, da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, da Demonstração dos Fluxos de Caixa e das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, após aprovação com ressalva do Conselho de Administração - Consad, constante na Ata da 57ª Reunião Extraordinária, de 26 de abril de 2023, e com base no Relatório dos Auditores Independentes, sobre as Demonstrações Contábeis, de 17 de abril de 2023, por unanimidade, é de opinião que os referidos documentos societários

refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da CEASAMINAS, exceto pelos efeitos e ressalvas: dos assuntos descritos no Parecer da Auditoria Independente no tópico "Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis", das Atas expedidas pelo COUAD ao longo do exercício de 2022 e das solicitações/recomendações não atendidas pela CEASAMINAS ao longo do exercício e da não entrega de documentos, registradas nas Atas das Reuniões Ordinárias do Conselho Fiscal. Este Conselho favorável às proposições de destinação do (prejuízo) do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, e da programação do Orçamento de Investimentos 2023, conforme deliberações da 400ª Reunião Ordinária Diretoria Executiva da Companhia.

Contagem - MG, 03 de maio de 2023.

LIZANE SOARES FERREIRA
Conselheira

MÁRCIO DE ANDRADE MADELENA
Conselheiro

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/F7FC-A774-5BAA-8AD8> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: F7FC-A774-5BAA-8AD8



Hash do Documento

5ZaboYUAINkUukS6jxWqfoa/ni7I2E0Avy1J2I5p5Go=

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 14/06/2023 é(são) :

Ruy Adriano Borges Muniz (ADMINISTRADOR) - 464.189.546-53

em 14/06/2023 21:27 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital - EDIMINAS S A EDITORA GRAFICA

INDUSTRIAL DE MINAS - 19.207.588/0001-87

